



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

INTERSECCIONALIDADE E FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE: REFLEXÕES DESDE AS MEMÓRIAS DE UMA PEDAGOGA TRAVESTI NEGRA

Netta Honorato Batista

Pedagogia(UECE)

E-mail: nettahonorato29@gmail.com

Maria Kellynia Farias Alves

Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE))

Email: kellynia.alves@uece.br

Resumo

O Brasil é o país que mais mata mulheres trans e travestis no mundo, conforme as pesquisas. Contudo é possível perceber como as mulheres trans e travestis têm lutado por seu direito de viver. Este trabalho, é um recorte de uma pesquisa de conclusão de curso, objetiva refletir sobre os marcadores da trajetória formativa de uma trans/travesti negra como possibilidade interseccional de debate sobre a formação inicial docente. Trata-se de uma pesquisa autobiográfica que tem como referencial teórico Áries (1978), Conte (2020), Lacerda (2021), Mendonça (2013), Niskier (2011), Olegário (2021), Rabelo (2022), dentre outros e outras. As afromemórias foram organizadas desde a infância, passando pela vida escolar, da militância e da universidade. A partir da reflexão, a educação pode se constituir um espaço de mais vida, onde corpos/as disidentes produzem conhecimentos e assim pensar pedagogias outras na perspectiva antirracista, antilgbtfóbica, antimachista, anticapacitista e decolonial.

Palavras-chave: Travesti negra e educação. Memórias. Formação inicial.

Introdução

*“Pode me atirar palavras afiadas/Dilacerar-me com seu olhar,
Você pode me matar em nome do ódio/Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.”
Maya Angelou*

O trecho do poema de Maya Angelou representa muito do que tenho enfrentado cotidianamente no Brasil, este país que que mais mata mulheres trans e travestis no mundo, conforme as pesquisas. Contudo é possível perceber como as mulheres trans e travestis têm lutado por seu direito de viver, assim como descreve a epígrafe. Gostaria de poder falar mais sobre mulheres trans de referência, que organizadas buscam os caminhos



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

para romper com as estruturas de poder e morte do patriarcado, branquitude e transfobia, mas ainda temos que denunciar as marcas de violência e morte. O Brasil registrou 145 assassinatos de pessoas trans no ano passado. Em 2023, houve 155 mortes de pessoas trans no Brasil, sendo 145 casos de assassinatos e dez que cometeram suicídio após sofrer violências ou devido à invisibilidade trans, conforme o dossiê organizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra). Este trabalho objetiva refletir sobre refletir sobre os marcadores da trajetória formativa de uma trans/travesti negra como possibilidade interseccional de debate sobre a formação inicial docente. As dimensões que me perpassa como uma mulher trans/travesti e negra, trazendo como categoria a interseccionalidade, como forma de compreender que quanto mais demarcadores sociais tivermos, mais difícil fica de concluir a educação básica e de ter a “sorte” de chegar à universidade.

Esse processo foi uma andarilhagem até chegar ao ser social construído hoje. A interseccionalidade vem para mostrar e responder uma sociedade que não consegue compreender que, por vezes que uma pessoa negra, uma mulher ou uma pessoa Lgbtqgia+ vem contar suas trajetórias de vida, suas interações sociais e suas subjetividades, vão desprezar seu sofrimento, sem contar com o conhecimento da interseccionalidade. Mais que um anseio, como disse Audre Lorde (2019), “meus silêncios não me protegem. Seu silêncio não vai proteger você”, [...] porque sempre há aquele pedacinho dentro de você que quer ser posto para fora” (Lorde, 2019, p.52-53)

Começo falando de mim, porque nós mulheres, egressas da EJA, trans, travestis, negras, periféricas ou não, estamos em permanente apagamento, sejam de nossas vidas pelo trans feminicídio, seja pelos espaços de poder na Academia ou pela violência. As memórias foram revisitadas para situar a leitura e compreender um pouco do que é o processo de não me tornar mais uma estatística devastadora. Assim, pensar uma escola que se efetive inclusiva, tendo como horizonte a crescente necessidade de que os currículos contemplem as realidades e características do seu público, demanda discutir



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

a formação inicial docente, demanda a defesa de uma educação pautada no respeito aos direitos humanos e sua contribuição para a efetivação desses direitos hoje assegurados em legislação.

Uma pesquisa andarilha: metodologia, conceitos, afromemórias e possibilidades (TRANS)formadoras para educação

Dessa forma, como dialogamos com a universidade, a Pedagogia e a Pesquisa? Não somos invisíveis! Trouxe aqui corpos invisibilizados pela história e como a sociedade de hoje ainda nos que invisibiliza de forma violenta a apagar não só nossas histórias, mas também os nossos corpos que são na maioria das vezes devastados de forma cruel, desumana e desumanizante.

De natureza qualitativa, optei pela pesquisa autobiográfica que conecta os movimentos de sankofa, do meu passado, para entender meu presente e projetar meu futuro, “pois não há problema em voltar para pegar o que esqueceu, como disse Abdias do Nascimento (1980). Nesse andarilhar, necessitei dialogar com as pesquisas em movimento, tendo inspiração na Pretagogia (Petit, 2015), quando trago os meus marcadores sociais como mulher negra, na referência de pedagogias que dialogam com a matriz africanas e os corpos dissidentes para acolher a complexidade de nossas transexistências.

Por isso o caminhar neste diálogo perpassa pelo diálogo com a interseccionalidade. Este conceito estruturado pela defensora dos direitos civis e norte-americana Kimberlé Williams Crenshaw, para dizer que demarcadores sociais que habitam determinados corpos e corpos (termo trago pelos movimentos sociais de mulheres trans, LGBT e corpos dissidentes, que explica que uma sociedade que só enxerga os corpos dos visíveis precisa também enxergar as ‘corpas’ que são de mulheres negras, trans, indígenas, quilombolas, com deficiência e demais povos estigmatizados, que trazem consigo suas corpos invisibilizados pela sociedade, tornando-se visível apenas para



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

aqueles que nos matam e que enxergam nossos corpos para aniquilá-los, e depois de mortos inviabilizá-los novamente), que lemos socialmente como dissidentes ou, em outras palavras, excluídos, às margens, periféricos, transversais e não hegemônicos socialmente (CRENSHAW, 2014; HOOKS, 1984; AKOTIRENE, 2019).

Por exemplo, se é uma mulher, sofre machismo; se é uma pessoa negra, sofre racismo; e se é uma pessoa LGBT sofre lgbtfobia. Isso quer dizer que se nós temos uma pessoa que é mulher, negra e LBT, ela sofrerá racismo, machismo e LGBTfobia. A partir disso, podemos colocar aqui toda a minha trajetória como mulher trans travesti negra, na busca de trajetórias vividas na Educação, desde a Básica até a Superior (Louro, 1998; Creshaw, 1989).

Temos várias formas de aplicar gênero. Quando aceitamos o gênero imposto ao nascimento, nós somos seres cisgêneros; quando não o aceitamos, somos transgêneros, pois transicionamos o gênero o qual foi imposto pela sociedade. Este conceito de gênero foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura.

Trata-se de complexidade teórica que a interseccionalidade acolhe. Cabe lembrar que nossos corpos e corpos refletem o pensamento de Bento (2017, p. 30) que “as categorias políticas e analíticas, sexualidade, gênero e raça, têm pouco valor explicativo se analisadas fora de contextos mais amplos e complexos”. Assim, o conceito de raça como construção social e histórica representa no contexto do racismo estrutural o elemento de violência e controle. O Brasil registrou que o número de pessoas negras, ou seja, que se autodeclararam pretas e pardas, constitui 56% do total da população brasileira em 2022 (IBGE, 2022). Mesmo assim, somos a minoria no acesso aos direitos.

Os processos desiguais que constituíram o Brasil, passam pelos mecanismos do racismo e do colonialismo que funcionam nas estruturas de poder a persistência da desigualdade no Brasil está diretamente associada à naturalidade com que é encarada,



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

como se não fosse decorrência de um processo histórico específico ou uma construção econômica, social e política. A naturalização da desigualdade deriva de origens históricas e institucionais, ligadas, entre outras, à escravidão e sua abolição tardia, passiva e paternalista e, também, ao caráter corporativista de parte considerável do período republicano. A desigualdade tornou-se uma experiência natural, no entanto, não se apresenta, aos olhos da sociedade brasileira, como um artifício (HENRIQUES, 2002, p. 13-14)

Mas as nossas ancestrais têm nos ensinado a resistir. As desigualdades de raça e gênero não resumem séculos de caminhada histórica e saberes. Por isso, que as africanidades servem para potencializar a minha (re)existência como mulher afrodiaspórica.

As Africanidades revelam-se pelo modo particular como africanos/as e afrobrasileiros/as conectam-se e (re)conectam diariamente aos princípios e valores da cosmovisão da Mãe África. Cabe entendermos que as Africanidades configuram-se pelo respeito e reverência aos valores e saberes de nossa ancestralidade negra. Tendo plena consciência de que, por meio de nossos/as ancestrais, nossa vida já foi iniciada há tempos. As africanidades fundam-se por estabelecer uma relação respeitosa entre as pessoas e entre estas e a natureza, pela valorização do corpo que dança, fala, movimenta-se e comunica-se com as forças sagradas que regem o mundo e tudo o que nele existe. Enfim, as africanidades reportam-se ao “corpus” de signos e significados oriundos dos saberes e sabores de África (Silva, 2013, p. 78)

Trago a africanidades, as africanidades para contextualizar o meu pertencimento racial na busca por me entender negra e buscar o conhecimento sobre o meu povo e o meu ser que construiu e constrói até hoje, que consegui hoje ter um letramento racial dentro da pretagogia e da vivência da andarilhagem.

Neste caminho que sigo, uma mulher preta, trans/travesti que veio da EJA para contar suas memórias. Assim, me inspiro em outra potência negra, agora, Norte-americana, bell hooks, explica a as memórias ou narrativas confessionais representam um legado coletivo, se configuram como:

literatura de resistência, narrativas confessionais de pessoas negras são



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

didáticas. Mais do que qualquer outro gênero textual, a produção de narrativas confessionais honestas pelas mulheres que estão lutando por autorrealização e para se tornar sujeitas radicais são necessárias como guias, textos que reforçam o companheirismo entre nós. Eu preciso não me sentir isolada e saber que existem outras companheiras com experiências semelhantes. Eu aprendo com suas estratégias de resistência e com os relatos de seus erros (HOOKS, 2019, p. 125-126).

a) Memórias familiares

Quero contar um pouco da minha infância, como corpa dissidente, de uma jovem de 31 anos, negra, que é travesti, e que tem muito que contar e contribuir com a reflexão com a Pedagogia. Nasci em uma cidade do interior do Ceará, filha de uma mãe pobre, numa relação marcada pela violência, uma mulher que foi mãe aos 19 anos, vivenciei o abandono paterno, como mais de 5 milhões de crianças que não têm o nome do pai no registro de nascimento. Quando minha mãe precisou trabalhar me deixava sob os cuidados de mãe-vó Zoinha que sempre dizia ""Faça o bem sem olhar a quem". Na família vivi o conflito entre afetos e agressões, trazendo um conjunto de processos.

Meus percursos foram marcados por diversas violências, como racial, de gênero, sexual. A ausência ao pertencimento racial já é introduzido e o pertencimento ancestral e religioso. O racismo é tão cruel que na escola o que me restou foi racismo e negação do meu eu negra, da minha cor do meu contato com a ancestralidade.

A reflexão sobre a construção da identidade negra não pode prescindir da discussão sobre a identidade como processo mais amplo, mais complexo. Esse processo possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas, pois estão interligadas e se constroem na vida social (Gomes, 2003, p. 171)

No meu processo de tornar-me negra, como refletiu Neusa Santos Souza (1983), trago mais uma vez a sankofa, pois não a problema de voltar para pegar o que ficou para trás e voltando para trás hoje que começo uma busca do meu eu-racial que inconscientemente existiu e hoje com consciência reexiste.

b) Memória da EJA



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

Quero trazer a memória da EJA. Aqui é meu contato com a Educação de Jovens e Adultos após ser aluna da EJA, no Ensino Fundamental e Médio, entrei na universidade e volto como defensora da Educação de Jovens e Adultos que sofreu um desmonte nos últimos anos. Defender a EJA e defender os sonhos e os projetos de emancipação humana e de perpetuação da asserção dos corpos e das ‘corpas’ dissidentes, eu sou uma professora que foi resgatada pela EJA. Na escola a realidade não é diferente.

Em 2020, uma pesquisa divulgou que 71,7 % dos jovens que não concluíam a educação básica eram negros. Isso mostra o quanto a escola não é acolhedora e diria que é violenta. A estrutura do racismo dentro e fora da escola para adolescentes, jovens, adultos e idosos. A escola sempre me negou conhecimento racial, mesmo sendo negra, não me compreendia assim, no máximo era “moreninha”. Como a criança pode ter um pertencimento racial se a escola sequer hoje pauta devidamente as leis 10.639/03 e a 11.645/08? Algo que tanto traz prejuízo para os alunos e alunas negros, quanto para os demais alunos que poderiam conhecer um pouco mais da cultura afro-brasileira, africana e indígena. Precisamos dar um basta e levar o debate de luta da EJA para dentro do debate da educação. Como eu, todas as crianças estão em um sistema de controle, como explica Preciado (2020, p. 71):

[...]a criança é um artefato biopolítico que permite normalizar o adulto. A política de gênero vigia os berços para transformar todos os corpos em crianças heterossexuais. Ou você é heterossexual ou a morte o espera. A norma faz a ronda ao redor dos recém-nascidos, exige qualidades femininas e masculinas distintas da menina e do menino. Modela os corpos e os gestos até desenhar órgãos sexuais complementares.

b)Memória mulher negra travesti

Eu considero que a minha vida inteira é uma constante militância. Mas o que é militância? É a luta pela própria existência e quando falo disso, falo de resistência por este outro eu, estou falando do outro ser dissidente, do ser minoritário de direito. Depois de fazer biodança, descobri uma mulher trans e me tornei uma militante pela vida das



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

mulheres trans/travestis. Hoje eu sou militante pela vida e como diz Conceição Evaristo “combinaram de nos matar e a gente combinou de não morrer”. E é neste pensamento que me construo como um ser militante, um ser plural e multilinguagem, como 32 artista, poeta, performer, fazendo teatro e dança. Como escritora, educadora popular e social, como palestrante, levando a educação de gênero sexualidade e educação e letramento racial educação antirracista.

Me tornar uma mulher trans trouxe uma vivência incrível, uma construção da mulheridade e da travestilidade como nunca pensei. “Não ando só, eu tenho” muitas que me antecederam muitas militantes para estar aqui como Xica Manicongo, Dandara, Janaína Dutra, Tina Rodrigues, Soraia, Ketlen, Erika, Maria Antônia, Maravilha Rogéria e tantas outras dentro da militância.

A autodeterminação como movimento transgressor do pensamento binário cristalizado que quer negar, sem sucesso, o transfeminismo negro, como explica Letícia Nascimento:

Quando trago o conceito de autodeterminação, pensado de modo coletivo, pretendo reforçar a necessidade de validação de diferentes performances trans* que não se encaixam no modelo cisnormativo. É importante que não criemos estruturas rígidas de enquadramento das corporalidades trans*, por isso, insisto que toda corporalidade não cisgênera é trans (Nascimento, 2021, p. 106).

Ser trans hoje é ser resistência é ser educadora é ser professora é ser assistente social se YouTube é ser cantora a compositora poetisa criadora de conteúdos digitais advogada médica neurocirurgiã Dra cabeleireira não mais só prostituta ser trans é ser o que quiser ser basta ter oportunidade e políticas públicas que nos levem até lá porque sangue nos olhos nós temos e vontade o que não nos falta finalizo dizendo se cuida seu LGBTfóbico, as travestis vão passar com todas as cores todas as sabedorias e ciências e com tudo que a gente construiu e constrói nenhuma a menos e não toleraremos a morte de mais nenhum.

A partir destes relatos, compreendo que há um caminho a propor: a educação conhecer as narrativas autobiográficas de uma trans/travesti. No decorrer da vida de uma



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

travesti as suas histórias são contadas por outras pessoas após sua morte, por que em vida nunca tiveram poder de voz para contá-la e a quem interessava? É de Extrema importância que nós mulheres trans e travestis em especial, negras, ao romper as estimativas da sociedade, da prostituição, da expulsão de casa e das características sociais e ao chegar na universidade muitas das vezes ganharmos poder de voz.

Considerações finais

Quando eu escolhi a pesquisa autobiográfica, quis trazer um pouco da dura realidade do que é ser uma mulher transnegra no Brasil. Essa realidade não é a melhor realidade a ser vivida, porém é uma realidade de muita resiliência e resistência. Traz em suas especificidades uma luta constante desde o nascimento até a fase adulta. São coisas que vão acontecendo que são inimagináveis. Elas são tratadas como subjetivas, pois não está dentro da realidade de uma pequena parcela dessa sociedade que é branca, heteronormativa e cisgênera. Esse se fazer pertencer em uma sociedade de padrões, sendo uma pessoa não-padrão e interseccional, é ser alguém extraordinariamente subjetiva e essas subjetividades não são faladas, não são citadas e nem sequer fazia parte da minha vida no sentido de que eu nunca me apropriei delas.

A partir destes relatos, compreendo que há um caminho a propor: a educação conhecer as narrativas autobiográficas de uma trans/travesti. No decorrer da vida de uma travesti as suas histórias são contadas por outras pessoas após sua morte, por que em vida nunca tiveram poder de voz para contá-la e a quem interessava? É de Extrema importância que nós mulheres trans e travestis em especial, negras, ao romper as estimativas da sociedade, da prostituição, da expulsão de casa e das características sociais e ao chegar na universidade muitas das vezes ganharmos poder de voz.

Considero por fim que a andarilhagem é uma das maiores armas da sobrevivência de mulheres trans e travestis em especial negras e também é uma das minhas maiores



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

armas de sobrevivência em meio ao capitalismo, imperialismo, patriarcado e opressões sociais como o racismo, machismo a LGBTfobia e também a permanência, a força, o empoderamento a africanidade, a pretagogia, resiliência, a resistência e a construção do meu eu social, hoje sou uma mulher trans travesti negra, professora, educadora, escritora poeta, performer, atua no teatro e na dança.

Referências

BENTO, Berenice. 2017. Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 329 pp.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003 Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/>

HOOKS, Bell. Olhares Negros, Raça e Representação. São Paulo: Elefante, 2019.

LORDE, Audre. Irmã outsider. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, L. Transfeminismo. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PRECIADO, Paul. Multidões Queer: Notas para uma Política dos ‘Anormais’. Revista Estudos Feministas, 19, p. 11-20, 2011Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0104026X2011000100002>. Acesso em 13 fev, 2023.

SILVA, Geranilde Costa e. Pretagogia: Construindo um Referencial Teóricometodológico, de Base Africana, para a Formação de Professores/as. Tese (doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.